

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
Tapejara - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

ATIVO	31/12/2015 (Reapresentado)		PASSIVO	31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	640.894	580.252	CIRCULANTE	297.219	275.376
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.914	4.762	DEPÓSITOS (NOTA 11)	101.315	89.280
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	333.576	282.707	Depósitos à Vista	73.756	66.160
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	11	Depósitos a Prazo	27.559	23.120
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	7	204	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	161.476	155.799
Correspondentes no país	349	305	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	691
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	333.218	282.187	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	161.476	155.108
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	282.325	278.252	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.032	1.007
Operações de Crédito	296.219	290.580	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.032	1.007
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.894)	(12.328)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7.694	9.453
OUTROS CRÉDITOS	14.609	13.198	Empréstimos País - Outras Instituições	7.694	9.453
Créditos por Anua e Franjas Honoradas	4	1	OUTRAS OBRIGAÇÕES	25.702	19.837
Rendita a Receber	1.626	2.255	Cobrança e Arrecadação de Tributos	51	48
Créditos Específicos	270	237	Sociais e Estatutárias	2.919	2.861
Diversos (NOTA 07)	143.525	13.313	Fiscais e Previdenciárias	1.226	1.171
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(13.816)	(608)	Diversas (NOTA 14)	21.834	16.317
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	9.470	1.333			
Outros Valores e Bens	5.419	1.250			
(Provisão para desvalorização)	-	(13)			
Despesas Antecipadas	51	96			
NÃO CIRCULANTE	100.690	93.640	NÃO CIRCULANTE	308.513	285.927
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	66.212	62.424	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	308.513	285.927
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.740	305	DEPÓSITOS (NOTA 11)	302.098	276.849
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.740	305	Depósitos a Prazo	302.098	276.849
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	63.373	61.966	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	6.415	9.078
Operações de Crédito	71.861	68.367	Repasses Interfinanceiros	6.415	9.078
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.688)	(6.401)			
OUTROS CRÉDITOS	82	114			
Diversos (NOTA 07)	85	114			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	17	39			
Despesas Antecipadas	17	39			
PERMANENTE	34.478	31.216	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.852	112.589
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	20.708	20.708	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	42.933	42.122
Outros investimentos	20.708	20.708	De Contribuições no País	42.934	42.122
(Capital a Realizar)			(1)	(5)	
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.701	6.113	RESERVAS DE SOBRAS	80.912	59.091
Imovels de Uso	2.438	2.438			
Outras Imobilizações de Uso	15.780	12.468	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.007	11.376
(Depreciação acumulada)	(9.517)	(8.793)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.069	4.395			
Outros Ativos Intangíveis	8.825	7.376			
(Amortização acumulada)	(3.756)	(2.981)			
TOTAL DO ATIVO	741.584	673.892	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	741.584	673.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.756	-	41.756	80.848	-	80.848	69.342	-	69.342
Operações de Crédito	41.578	-	41.578	80.582	-	80.582	69.295	-	69.295
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	175	-	175	225	-	225	9	-	9
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	41	-	41	35	-	35
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(31.717)	(421)	(32.138)	(61.231)	(716)	(61.947)	(43.939)	(648)	(44.587)
Operações de Captação no Mercado	(19.697)	(21)	(19.718)	(37.702)	(34)	(37.736)	(30.167)	(34)	(30.201)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.554)	(400)	(5.954)	(11.290)	(682)	(11.972)	(8.322)	(614)	(8.936)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.466)	-	(6.466)	(12.239)	-	(12.239)	(5.450)	-	(5.450)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.039	(421)	9.618	19.617	(716)	18.901	25.403	(648)	24.755
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.144	2.580	5.724	6.105	5.050	11.155	(2.691)	5.889	3.198
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.377	4.686	8.063	6.479	8.753	15.232	5.688	5.965	11.653
Rendas de Tarifas Bancárias	3.753	-	3.753	7.331	-	7.331	5.276	-	5.276
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.888)	(1.018)	(14.906)	(26.184)	(1.606)	(27.790)	(23.831)	(1.666)	(25.497)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.704)	(978)	(9.682)	(17.031)	(1.740)	(18.771)	(14.869)	(1.815)	(16.684)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(41)	(221)	(262)	(80)	(413)	(493)	(36)	(275)	(311)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	28.168	436	28.604	50.346	576	50.922	36.982	4.356	41.338
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(9.521)	(325)	(9.846)	(14.756)	(520)	(15.276)	(11.901)	(676)	(12.577)
RESULTADO OPERACIONAL	13.183	2.159	15.342	25.722	4.334	30.056	22.712	5.241	27.953
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	58	(143)	(85)	(85)	(148)	(233)	(244)	(5)	(249)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.241	2.016	15.257	25.637	4.186	29.823	22.468	5.236	27.704
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	553	553	-	(287)	(287)	-	(525)	(525)
Provisão para Imposto de Renda	-	332	332	-	(162)	(162)	-	(313)	(313)
Provisão para Contribuição Social	-	221	221	-	(125)	(125)	-	(212)	(212)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.241	2.569	15.810	25.637	3.899	29.536	22.468	4.711	27.179
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.899	(3.899)	-	4.711	(4.711)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.241	2.569	15.810	29.536	-	29.536	27.179	-	27.179
DESTINAÇÕES	-	-	-	(17.529)	-	(17.529)	(15.803)	-	(15.803)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.118)	-	(3.118)	(3.195)	-	(3.195)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.201)	-	(1.201)	(1.138)	-	(1.138)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.807)	-	(10.807)	(10.238)	-	(10.238)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.403)	-	(2.403)	(1.232)	-	(1.232)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	12.007	-	12.007	11.376	-	11.376

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	41.220	42.429	6.922	90.571
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(1.728)	(1.728)
Destinações para reservas	-	5.192	(5.192)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	267	-	-	267
Baixas de capital	(2.515)	-	-	(2.515)
Resultado do período	-	-	27.179	27.179
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.138)	(1.138)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.238	(10.238)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.150	-	(3.195)	(45)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.232	(1.232)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	42.122	59.091	11.376	112.589
Mutações do Período	902	16.662	4.454	22.018
Saldos no início do período em 01/01/2016	42.122	59.091	11.376	112.589
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.735)	(2.735)
Destinações para reservas	-	8.611	(8.611)	-
Outras destinações	-	-	(30)	(30)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	186	-	-	186
Baixas de capital	(2.451)	-	-	(2.451)
Resultado do período	-	-	29.536	29.536
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.201)	(1.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.807	(10.807)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.076	-	(3.118)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.403	(2.403)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.933	80.912	12.007	135.852
Mutações do Período	811	21.821	631	23.263
Saldos no início do período em 01/01/2016 (Não auditado)	40.957	67.702	13.726	122.385
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	80	-	-	80
Baixas de capital	(1.180)	-	-	(1.180)
Resultado do período	-	-	15.810	15.810
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.201)	(1.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.807	(10.807)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.076	-	(3.118)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.403	(2.403)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.933	80.912	12.007	135.852
Mutações do Período	1.976	13.210	(1.719)	13.467

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.302	35.130	26.338
Resultado do semestre/exercício	15.810	29.536	27.179
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.492	5.594	(841)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.453	2.852	3.336
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(13)	13
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	1.152	1.212	(4.270)
Depreciação do imobilizado de uso	615	1.146	902
Amortização do intangível	421	775	662
Baixas do ativo permanente	137	147	56
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	337	381	(4)
Destinações ao FATES	(1.201)	(1.201)	(1.138)
Dividendos SicrediPar	(422)	295	(398)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(24.794)	26.455	73.674
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(180)	(2.434)	(21)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.328	9	(7)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	103	197	676
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	11	(44)	50
(Aumento) Redução em operações de crédito	(71.448)	(8.333)	(19.755)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	57.472	3.015	18.383
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.482)	(2.885)	(3.402)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(4.267)	(4.102)	(1.119)
Aumento (Redução) em depósitos	(16.467)	37.283	74.726
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	425	24	37
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.420)	(1.759)	925
Absorção de dispêndios pelo FATES	(588)	(1.182)	(1.003)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.719	6.666	4.184
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.492)	61.585	100.012
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.151)	(3.881)	(1.951)
Aplicações no Intangível	(273)	(1.449)	(1.975)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.424)	(5.330)	(3.926)
Integralização de capital	80	186	267
Baixa de capital	(1.180)	(2.451)	(2.515)
Juros ao capital próprio	(42)	(42)	(45)
Distribuição de Sobras	-	(2.765)	(1.730)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.142)	(5.072)	(4.023)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(9.058)	51.183	92.063
Caixa e equivalente de caixa no início do período	347.190	286.949	194.886
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	338.132	338.132	286.949

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/12/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	580.351	(99)	580.252
OUTROS CRÉDITOS	13.297	(99)	13.198
Diversos	11.412	(99)	11.313
Ativo Não circulante	93.541	99	93.640
OUTROS CRÉDITOS	15	99	114
Diversos	15	99	114
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.198	-	3.198
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	11.911	(258)	11.653
Rendas de Tarifas Bancárias	5.018	258	5.276

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	73.695	(21)	73.674
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	100.033	(21)	100.012
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.947)	21	(3.926)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.914	4.762
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	333.218	282.187
Total	338.132	286.949

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.740	305
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.740	305
Total realizável a longo prazo	2.740	305

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	111.032	51.122	162.154	157.646
Financiamentos	13.962	11.385	25.347	30.631
Financiamentos rurais e agroindustriais	171.225	8.554	179.779	170.670
Carteira total	296.219	71.061	367.280	358.947

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	4	-	4	1
Devedores por compra de valores e bens	124	84	208	48
Títulos e créditos a receber (i)	9.926	1	9.927	6.768
Total	10.054	85	10.139	6.817

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	148.013	163.068	740	815
Nível B	1,00	106.744	96.575	1.067	966
Nível C	3,00	74.215	63.723	2.226	1.912
Nível D	10,00	21.943	20.416	2.194	2.042
Nível E	30,00	8.355	8.079	2.507	2.424
Nível F	50,00	6.511	5.753	3.256	2.876
Nível G	70,00	2.558	1.206	1.791	844
Nível H	100,00	9.080	6.944	9.080	6.944
Total (i)		377.419	365.764	22.861	18.823

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 540 (2015 - R\$ 514).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.062	27.314	38.984	30.393	100.753	96.917
Rural	299	28.164	142.762	8.554	179.779	170.670
Industrial	314	4.884	4.721	6.005	15.924	18.806
Comércio	842	16.517	17.184	14.949	49.492	52.478
Outros Serviços	787	7.518	11.921	11.245	31.471	26.893
Total	6.304	84.397	215.572	71.146	377.419	365.764

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	27.948	7,41	25.296	6,92
50 devedores seguintes	54.800	14,52	46.382	12,68
100 devedores seguintes	52.489	13,91	44.003	12,03
Demais	242.182	64,17	250.083	68,37
Total	377.419	100	365.764	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	19.337	20.271
Constituição de provisão	12.239	5.450
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.175)	(6.384)
Saldo final	23.401	19.337

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.237 (2015 - R\$ 2.172), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.032 (2015 - R\$ 7.846).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	100	93
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.710	1.966
Devedores por compra de valores e bens	124	33
Devedores por depósitos em garantia	952	581
Impostos e contribuições a compensar	167	413
Títulos e créditos a receber	9.926	6.768
Valores honrados	14	64
Cotas de consórcio	58	400
Devedores por convênios	34	68
Operações com cartões	32	22
Pendências a regularizar	5	778
Outros	403	127
Total Circulante	14.525	11.313
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	99
Devedores por compra de valores e bens	84	15
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	85	114

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.419	1.250
Imóveis	5.047	1.026
Veículos e afins	320	224
Máquinas e equipamentos	52	-
Despesas antecipadas	51	96
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(13)
Total Circulante	5.470	1.333
Despesas antecipadas	17	39
Total realizável a longo prazo	17	39

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	11.416	11.416
Sicredi Participações S.A.	9.291	9.291
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.708	20.708

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.014.556 ON 6.276.683 PN	3.014.556 ON 6.276.683 PN	1 Quotas	1 Quotas	11.415.553 Quotas	11.415.553 Quotas
Percentual de participação	1,07%	1,16%	0,63%	0,72%	3,25%	3,34%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	9.291	9.291	1	1	11.416	11.416

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.218	(9.517)	8.701	6.113
Imobilizações em curso	-	1.780	-	1.780	1.136
Terrenos	-	1.550	-	1.550	1.550
Edificações	4%	888	(417)	471	511
Instalações	10%	5.524	(3.992)	1.532	579
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.327	(1.949)	1.378	1.198
Sistema de comunicação	10%	422	(163)	259	50
Sistema de processamento de dados	20%	3.678	(2.560)	1.118	906
Sistema de segurança	10%	533	(277)	256	21
Sistema de transporte	20%	516	(159)	357	162
Intangível (i)	5% a 15%	8.825	(3.756)	5.069	4.395
Investimentos Confederação		8.825	(3.756)	5.069	4.395
Total		27.043	(13.273)	13.770	10.508

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	73.756	-	-	73.756	66.160
Depósitos a prazo	13.625	13.934	302.098	329.657	299.969
Total	87.381	13.934	302.098	403.413	366.129

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	161.135	154.746
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	161.135	154.746
Outros Recursos	341	362
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	341	362
Total circulante	161.476	155.108
Recursos do Crédito Rural	6.288	8.648
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.288	8.648
Outros Recursos	127	430
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	127	430
Total exigível a longo prazo	6.415	9.078

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 10/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	7.694	9.453
Cooperativa Central Sicredi Sul	7.694	9.453
Total circulante	7.694	9.453

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.940	1.399
Obrigações por convênios oficiais	6	5
Provisão para pagamentos a efetuar	6.007	5.432
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	644	263
Provisão para coobrigações (i)	2.048	1.255
Pendências a regularizar	120	51
Operações com cartões	9.463	6.281
Demais fornecedores	888	884
Credores diversos	718	747
Total circulante	21.834	16.317

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	-	420	-	420
Cível	263	206	(245)	224
Total	263	626	(245)	644

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	420	-
Cível	Provável	224	263
Total		644	263

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 42 (2015 - R\$10).

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	42.933	42.122
Total de associados	62.212	59.118

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 811 (2015 – R\$ 902), sendo R\$ 3.076 (2015 – R\$ 3.150) via integralização de resultados e R\$ 186 (2015 – R\$ 267), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.451 (2015 – R\$ 2.515).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,62% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.118, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	29.823	27.704
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.526)	(11.636)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	5	19
Provisão resgate milhas cartão	5	44
Provisão de PPR	18	35
Receita com atos cooperativos	10.768	8.987
Juros sobre o capital próprio	1.310	1.278
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	497
Outros	133	251
Subtotal	12.239	11.111
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(287)	(525)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.740	305
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	333.218	282.187
Outros Créditos - Rendas a receber	867	1.336
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.617	2.174
Investimentos (Nota 09)	20.708	20.708
Intangível (Nota 10)	5.069	4.395
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	167.891	164.185
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.694	9.453
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.323	6.444
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	225	9
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	6.014	107
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	43.895	33.126
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	11.972	8.935
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	813	707
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	7.640	7.350

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	100	0,14%	49
Depósitos a prazo	788	0,24%	687
Operações de crédito	1.533	0,42%	733

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.643	2.167

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 18.771(2015 - R\$ 16.684), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.016	2.609
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	42.102	31.104
Reversão de provisões operacionais	4.931	2.327
Outras rendas operacionais	1.873	5.298
Total	50.922	41.338

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.098	969
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	280	422
Contribuição Confederação Sicredi	5.356	5.319
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.095	885
Encargos da administração financeira	238	191
Repasse Administradora de Cartões	609	467
Outras provisões operacionais	4.465	1.511
Outras despesas operacionais	2.042	2.729
Total	15.276	12.577

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	99.927	99.545
Coobrigações em cessões de crédito	15	21
Total	99.942	99.566

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	133.549	111.489
Capital principal - CP	133.549	111.489
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	80.911	59.091
Lucros acumulados	12.007	11.376
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.302	1.100
Total do capital qualificado	133.549	111.489
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	57.421	56.273
Índice sobre o PR considerando a RBAN	24,51%	21,95%
Situação para o limite de imobilização	11.469	9.408
Índice de imobilização (limite 50%)	8,59%	8,44%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Omar Ferronato da Rosa
Diretor Executivo
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea
Diretor de Operações
CPF: 952.401.100-00

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72